



Copel Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
Balanços Patrimoniais.....	15
Demonstrações de Resultados	17
Demonstrações de Resultados Abrangentes	18
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	19
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
1. Contexto Operacional.....	21
2. Base de Preparação.....	21
3. Políticas Contábeis Materiais	23
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	29
5. Títulos e Valores Mobiliários	29
6. Clientes.....	29
7. Outros créditos	30
8. Tributos.....	30
9. Depósitos judiciais	32
10. Obrigações Sociais e Trabalhistas	32
11. Fornecedores	32
12. Benefícios Pós-emprego	33
13. Outras contas a pagar	37
14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	37
15. Patrimônio Líquido.....	38
16. Receita Operacional	40
17. Custos e despesas operacionais	40
18. Resultado Financeiro.....	41
19. Instrumentos Financeiros	42
20. Transações com Partes Relacionadas.....	46
21. Compromissos.....	47
22. Seguros	47
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	48
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	51
PARECER DO CONSELHO FISCAL	61

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Em 2023, a Copel Comercialização S.A. esteve diante de diversos desafios, dentre eles, a permanência de uma tendência de manutenção dos preços da energia no mercado de curto prazo, mantendo o comportamento do mercado em níveis mais conservadores quanto à contratação.

Por meio de uma gestão voltada à eficiência operacional, à obtenção de resultados e à busca por trazer valor à Companhia com suas ações, os desafios logo se converteram em oportunidades.

Assim, para fazer frente à retração da demanda no mercado de comercialização de energia, bem como à nova realidade da abertura do mercado livre para os consumidores varejistas (Portaria Normativa nº 50/GM/MME de 27.09.2022), a Copel Comercialização S.A. se reestruturou, aumentando significativamente a eficiência operacional, técnica, financeira e estratégica do negócio, o que se pôde verificar especialmente a partir de julho de 2023.

A maior sinergia entre os negócios do Grupo Copel resultou em uma estrutura híbrida inédita na Companhia, com a reunião das áreas de mercado, planejamento, contabilização e registro de energia dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização.

Em paralelo à nova estrutura, estabeleceu-se na Copel Comercialização S.A. um modelo de gestão voltado à revisão de processos, de políticas internas e remodelagem de operações comerciais, direcionados especialmente à redução de custos, ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e ao aumento da receita.

Os resultados dessas ações foram perceptíveis dentro e fora da Companhia. Nesse sentido, a excelência técnica levou a Copel Comercialização S.A. a efetivar negociações mais assertivas com contraparte bem como a reduzir o risco de operações já contratadas. De outra ponta, a realocação dos sistemas que dão suporte às operações possibilitou o aprimoramento da gestão dos contratos e da gestão do pós-venda, estando em fase de conclusão o processo de integração de sistemas para atendimento também às necessidades do consumidor varejista.

Por fim, cabe registrar que o processo de transformação da Companhia Paranaense de Energia em corporação, por meio da alienação das ações representativas do controle do Estado do Paraná, colocou a Copel Comercialização S.A. em um cenário ideal, em termos de legislação regente, para que, com mais celeridade e segurança, possa alcançar os melhores resultados.

Kleberson Luiz da Silva

Diretor Geral da Copel Comercialização S.A.

1. A COMPANHIA

Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”) tem a Companhia Paranaense de Energia (“Copel” ou “Controladora”) como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia e certificados de energia renovável.

Com foco na abertura do mercado livre de energia e em novas oportunidades de negócio, a Copel Mercado Livre tem investido em sistemas, soluções e em seu corpo técnico para atuar neste mercado desafiador, visando ofertar produtos atraentes e aderentes aos diversos públicos com agilidade, segurança e confiabilidade

• Copel Mercado Livre em Números

	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.824.991	1.808.971	0,9
Caixa e equivalentes de caixa	294.762	217.736	35,4
Títulos e valores mobiliários	1.937	1.688	14,8
Receita operacional bruta	4.676.549	5.622.319	(16,8)
Deduções da receita	(619.645)	(683.951)	(9,4)
Receita operacional líquida	4.056.904	4.938.368	(17,8)
Custos e despesas operacionais	(3.948.286)	(4.814.709)	(18,0)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	108.618	123.659	(12,2)
Ebitda ou Lajida (*)	110.621	124.012	(10,8)
Resultado financeiro	37.860	32.376	16,9
IRPJ/CSLL	(40.928)	(47.659)	(14,1)
Lucro operacional	146.478	156.035	(6,1)
Lucro Líquido do exercício	105.550	108.376	(2,6)
Patrimônio líquido	342.206	418.782	(18,3)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,2	1,3	(7,7)
Liquidez geral (índice)	1,2	1,3	(7,7)
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	2,7	2,5	8,0
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	3,6	3,2	12,5
Margem líquida (Lucro Líquido/receita operacional líquida) (%)	2,6	2,2	18,2
Participação de capital de terceiros (%)	81,2	76,8	5,7
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido/patrimônio líquido inicial) (%)	25,2	27,8	(9,4)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Maiores informações sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

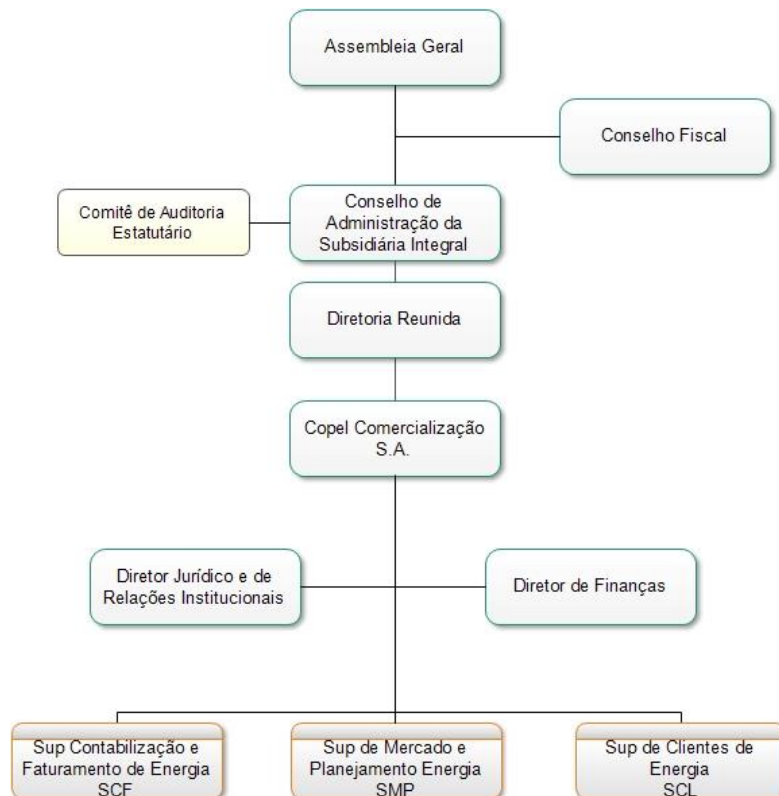
2.1. Governança Corporativa

A Copel Mercado Livre segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da Securities and Exchange Commission - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro	Harry Françaia Júnior
Conselheiro	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro - suplente	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Conselheiro - suplente	Otamir Cesar Martins
Conselheiro - suplente	Verônica Peixoto Coelho

Conselho de Administração – CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Kleberson Luiz da Silva
Membro	Cassio Santana da Silva
Membro	Moacir Carlos Bertol
Membro	Maximiliano Andres Orfali

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador e membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Kleberson Luiz da Silva
Diretor de Finanças	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa

2.2. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 08.09.2022 e término em 07.07.2024, de forma a contemplar os trabalhos para os exercícios findos em 31.12.2022 e de 31.12.2023.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.3. Dimensão Social

A Copel está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.3.1. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Mercado Livre reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação em corporação em 11.08.2023, a Copel deixou de ter obrigações impostas às

empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais

Em busca da eficiência nos negócios, a Copel Mercado Livre não promoveu novas contratações no último ano e estabeleceu um Programa de Demissão Voluntária – PDV, cujos desligamentos estão previstos para agosto de 2024 e representam uma redução de 7 empregados no seu quadro próprio.

A Copel Mercado Livre possuía 41 empregados no quadro próprio em 31.12.2023 e 47 em 31.12.2022. A taxa de rotatividade foi de 6,4% em 2023 e 6,8% em 2022.

2.3.2. Fornecedores

A Copel Mercado Livre realiza a avaliação dos fornecedores, com o objetivo de dar maior suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Copel Mercado Livre envia a seus fornecedores a sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

2.4. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Mercado Livre com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. Sendo assim, o gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, cujas principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios; e
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

Além disso, dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, incorporando cenários climáticos futuros, precificação de carbono e desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima.

Dentro dessas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho está relacionada à comercialização de certificados i-REC nos negócios de comercialização de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

Em 2023, o País vivenciou diversos tensionamentos, desde a transição da gestão anterior do Governo Federal para a atual, passando às consequentes reorientações de política econômica, destacando-se aí a política fiscal de curto prazo (com a proposição do assim chamado arcabouço fiscal), e, em termos de longo prazo, a reforma tributária.

Do ponto de vista econômico, as definições da política monetária no mundo desenvolvido e principalmente a da norte-americana vieram parcialmente condicionando a condução monetária doméstica. Em outra via, prosseguiu aprofundamento da fragilidade da economia argentina, importante parceira comercial do Brasil no continente.

Por outro lado, observou-se reversão do ciclo de alta internacional de commodities e, ao mesmo tempo, a continuidade de recuperação de cadeias mundiais de suprimento anteriormente afetadas pela pandemia da COVID. Essas condições propiciaram redução dos níveis inflacionários internos. A queda do IPCA levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 10,1% em 2021 para 5,8% em 2022 e 4,6% em 2023 possibilitou o início e manutenção do ciclo de redução dos juros básicos gerida pela autoridade monetária.

Em outra frente, o fim de longo período de estiagem ocorrido entre 2021 e 2022 permitiu avanços de produção relevantes em alguns setores. A mencionada normalização do clima propiciou ao País atingir sua maior safra agrícola, que foi decisiva para o crescimento acumulado do PIB brasileiro em 3,2% até o terceiro trimestre de 2023, segundo o IBGE.

Por sua vez, alguns segmentos tiveram seus desempenhos progressivamente influenciados pela mencionada queda da inflação e pela expressiva recuperação do mercado de trabalho, tendo, ainda, em parte, sido favorecidos pelo programa federal de transferência de renda e de política setorial voltada ao setor automotivo ainda no primeiro semestre.

Esse conjunto de fatores permitiu relativa recuperação dos padrões de consumo, com expansão de 3,4% registrada pelas contas nacionais trimestrais do IBGE, até o terceiro trimestre, beneficiando o crescimento de ramos específicos dos setores de serviços como alojamento e de locação imobiliária e o de venda de veículos, segundo Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Por outro lado, o quadro de incertezas acima tratado desfavoreceu de modo geral a indústria de transformação e particularmente a despesa em investimento, com o que a formação bruta de capital fixo declinou 2,5% até setembro, conforme o IBGE.

Esse quadro se reproduziu no Paraná, entretanto, com efeitos mais pronunciados sobre sua atividade econômica. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IpardeS, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, o PIB paranaense acumulou crescimento de 6,9% até o terceiro trimestre do ano, impulsionado por safra de grãos recorde.

Em boa medida, essas performances foram corroboradas pelo mercado externo, tendo em vista o crescimento das exportações estaduais, segundo a Secretaria do Comércio Exterior - SECEX, de 13,7% em 2023 – muito superiores às do País, com crescimento de apenas 1,7% no período.

A taxa de desocupação calculada pelo IBGE atingiu 4,6% no terceiro trimestre do ano, um dos menores

patamares da série histórica para o Estado, tendo decorrido de elevados níveis de ocupação. Essa situação favoreceu o setor de serviços do Estado, com expansão acumulada de 3,9% de seu PIB até o terceiro trimestre.

Para números consolidados do ano pelos órgãos oficiais de estatística é possível esperar para a economia paranaense crescimento significativamente superior ao da média brasileira, à qual o Relatório Focus, no momento de elaboração desta nota, registra expectativa mediana de 2,9% de expansão para 2023.

3.2. Ambiente regulatório

Com o advento da Portaria MME nº 50/2022, que flexibilizou, a partir de 1º de janeiro de 2024, o porte dos consumidores elegíveis a escolher livremente seu fornecedor de energia, o ano de 2023 foi marcado por um expressivo aumento no número de processos de migração de consumidores cativos para o ambiente de livre contratação.

Ainda em relação aos impactos da Portaria nº 50/2022, esta amplia o alcance do mercado livre de energia para mais de 100 mil consumidores ligados em alta tensão nas distribuidoras de energia, sendo um ponto de destaque a particularidade de que, no caso de consumidores do grupo A com demanda contratada inferior a 500 kW, estes devem, obrigatoriamente, ser representados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por agentes habilitados à atividade de comercialização varejista.

Em 2023, a Aneel concluiu as seguintes consultas públicas sobre comercialização de energia:

- Foi aprovado, por meio da Resolução Normativa nº 1072/2023, o resultado da 2ª fase de Consulta Pública nº 011/2022, dando início ao “período sombra” do Monitoramento Prudencial do Mercado de Energia Elétrica, com duração prevista de 12 meses, e início a partir de 1º de novembro de 2023.
- Por sua vez, como resultado da Consulta Pública nº 28/2023, foram estabelecidos procedimentos e critérios para a abertura do mercado aos consumidores conectados na alta tensão e com carga individual inferior a 500 kW, culminando na Resolução Normativa nº 1081/2023.

Ainda em relação ao tema de comercialização de energia destacaram-se as seguintes consultas públicas, com prazo de contribuição finalizado em 2023, e previsão de conclusão pela Aneel a partir de 2024:

- Consulta Pública nº 039/2023, aberta com a finalidade de obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação inerente ao armazenamento de energia, incluindo usinas reversíveis.
- Consulta Pública nº 20/2023, com o objetivo de regulamentar o artigo 4º da Lei nº 14120/2021, no que se refere ao término dos descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, aplicáveis às fontes incentivadas.

Por fim, a Aneel promoveu alterações nas Regras e Procedimentos de Comercialização de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 1080/2023. Dentre as alterações destacam-se: (i) a permissão, para que entidades da administração indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ainda que não tenham o mesmo CNPJ, possam ser enquadrados como consumidor especial para fins de migração para o ambiente livre, e (ii) uma alteração nas regras do cálculo de quotas do Programa de

Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa, a fim de propiciar maior automatização do cálculo, além de reduzir eventuais erros.

3.3. Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

Fluxo de Energia	2023	2022	Variação %
Energia comprada	22.450	24.817	(9,5)
Empresas do Grupo ¹	12.778	14.211	(10,1)
CCEE (MCP)	91	12	658,3
Elejor	44	-	-
Outros	9.537	10.594	(10,0)
Disponibilidade	22.450	24.817	(9,5)
Consumidores Livres	11.884	11.498	3,4
Contratos Bilaterais	9.819	11.949	(17,8)
Contratos Bilaterais (Empresas do grupo)	504	1.208	(58,3)
CCEE (MCP) ²	243	162	50,0

¹ Inclui Cessões MCSD EM da Copel Distribuição (compra).

² CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

3.4. Comercialização

A Companhia possui uma carteira com aproximadamente 1.620 clientes atendidos em 24 estados brasileiros, atingindo o volume de 2,6 GW médios de energia comercializados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no ano de 2023, assim, mantendo-se nos mesmos patamares de comercialização do período anterior (redução de apenas 0,09%).

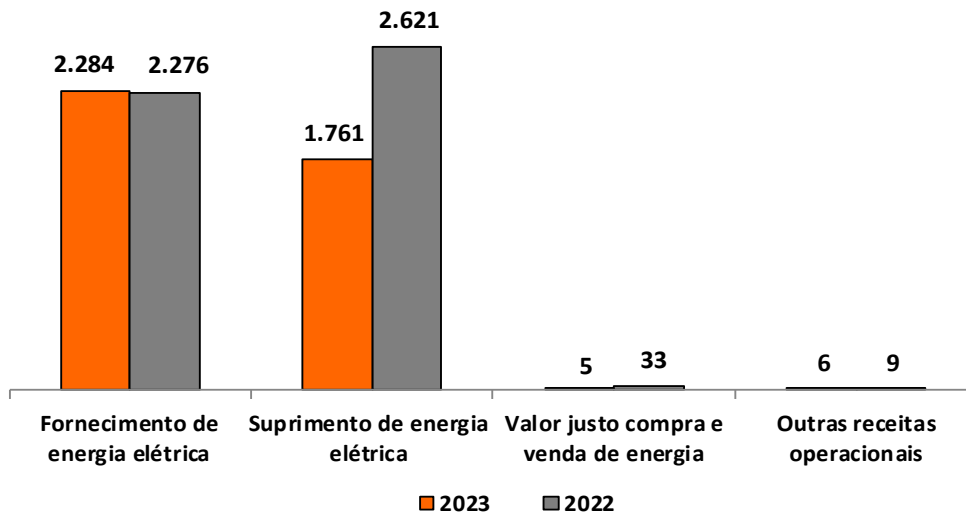
Consolidada no mercado quanto a seu portfólio de produtos de energia e de certificados de energia renovável, no ano de 2023 a Copel Mercado Livre focou na revisão da sua estrutura e na integração dos seus processos, visando o incremento de sinergias de valor e atrair para a base dos clientes os consumidores do Grupo A, autorizados pela Portaria Normativa nº 50/GM/MME de 27.09.2022 a adquirir energia no mercado livre.

Reunindo mais de 100.000 (cem mil) potenciais unidades consumidoras espalhadas por todo país, o mercado varejista de energia se tornou uma grande oportunidade para as comercializadoras expandirem sua atuação junto a um segmento de clientes atendidos até então com exclusividade pelas distribuidoras e que demandam qualidade dos serviços prestados, segurança e a solidez, atributos reconhecidamente ligados à atuação da Copel Mercado Livre desde sua criação, em 2016.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

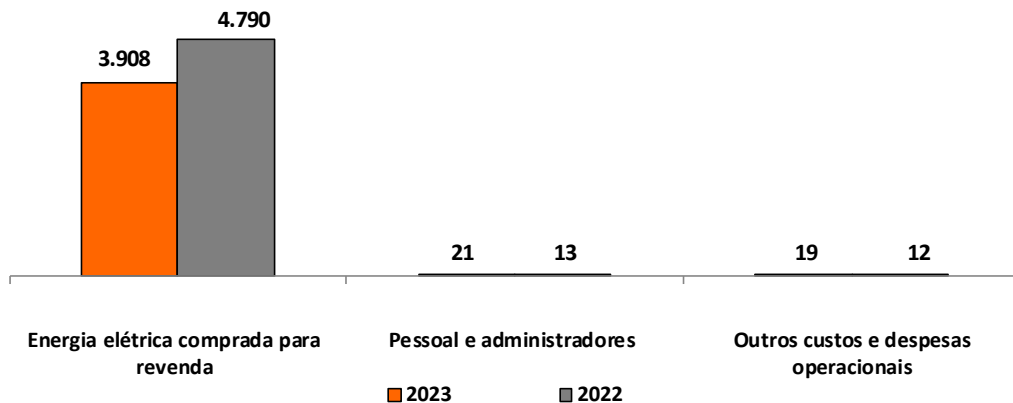
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R\$ 881,5 milhões, representando 17,8% de redução em relação a 2022. Tal variação decorreu principalmente da redução de energia comercializada no período e menor resultado do Valor Justo na compra e venda de energia.



4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2023, os custos e despesas operacionais tiveram decréscimo de R\$ 866,2 milhões, representando 18,0% em relação a 2022. O decréscimo decorreu, sobretudo, ao menor volume de energia elétrica comprada para revenda.



4.3. EBITDA ou LAJIDA

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Em R\$ milhões	2023	2022
Lucro líquido	105,6	108,4
IRPJ e CSLL diferidos	10,5	22,6
IRPJ e CSLL	30,4	25,1
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(37,9)	(32,4)
Lajir/Ebit	108,6	123,7
Depreciação e Amortização	2,0	0,4
Lajida/Ebitda	110,6	124,1
Receita Operacional Líquida - ROL	4.056,9	4.938,4
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	2,7%	2,5%

O Lajida/Ebitda não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 5,7 milhões devido, principalmente, ao aumento do rendimento de aplicações.

4.5. Lucro Líquido

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 105,6 milhões, sendo 2,6% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 108,4 milhões. A redução na quantidade de energia vendida em 2023 foi acompanhada pela redução também na energia elétrica comprada para revenda, porém resultando em melhor margem de vendas. Essa melhora da margem foi compensada principalmente pelo menor resultado do Valor Justo na compra e venda de energia e em menor participação pelo acréscimo em Pessoal decorrente da provisão de programa de desligamentos voluntários, pelo aumento em Perdas de crédito esperadas e pela maior depreciação e amortização no período.



Copel Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	294.762	217.736
Clientes	6	382.264	475.170
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	379.261	288.419
Outros créditos	7	3.982	4.543
Imposto de renda e contribuição social		13.516	3.619
Outros tributos a recuperar	8.2	333	379
Despesas antecipadas		241	1.002
		1.074.359	990.868
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	1.937	1.688
Depósitos judiciais	9	15.647	14.362
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	722.423	793.339
Imposto de renda e contribuição social		71	71
Outros tributos a recuperar	8.2	36	36
		740.114	809.496
Imobilizado		771	542
Intangível		5.784	6.193
Direito de uso de ativos		3.963	1.872
		750.632	818.103
TOTAL DO ATIVO		1.824.991	1.808.971

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	8.736	2.587
Partes relacionadas		379	378
Fornecedores	11	381.520	460.956
Imposto de renda e contribuição social		-	4.611
Outras obrigações fiscais	8.2	19.509	17.908
Dividendos a pagar		185.341	39.626
Benefícios pós-emprego	12	125	84
Passivo de arrendamentos		137	107
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	321.646	244.064
Outras contas a pagar	13	14.845	19.844
		932.238	790.165
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	109.736	99.217
Outras obrigações fiscais	8.2	534	427
Benefícios pós-emprego	12	3.555	3.292
Passivo de arrendamentos		4.022	1.865
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	431.938	494.641
Provisões para litígios	14	762	582
		550.547	600.024
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	237.210	237.210
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	(1.097)	(1.113)
Reserva legal	15.3	28.071	22.794
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	102.684
Reserva de lucros a realizar		4.377	21.250
Dividendo adicional proposto	15.4	73.645	35.957
		342.206	418.782
TOTAL DO PASSIVO		1.824.991	1.808.971

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	4.056.904	4.938.368
Custos Operacionais	17	(3.925.475)	(4.799.930)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		131.429	138.438
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(3.695)	(1.754)
Despesas gerais e administrativas	17	(17.597)	(12.855)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.519)	(170)
		(22.811)	(14.779)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		108.618	123.659
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		38.577	32.667
Despesas financeiras		(717)	(291)
		37.860	32.376
LUCRO OPERACIONAL		146.478	156.035
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.3		
Imposto de renda e contribuição social		(30.418)	(25.081)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.510)	(22.578)
		(40.928)	(47.659)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		105.550	108.376
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	15.6		
Ações ordinárias		0,44496	0,45688

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		105.550	108.376
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	15.2		
Ganhos com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		25	(149)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(9)	51
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		16	(98)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		105.566	108.278

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2022		237.210	(1.015)	17.375	22.777	102.684	10.834	-	389.865
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	108.376	108.376
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	(98)	-	-	-	-	-	(98)
Resultado abrangente total do exercício		-	(98)	-	-	-	-	108.376	108.278
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(10.834)	-	(10.834)
Realização de reservas	15.3	-	-	-	(1.527)	-	-	1.527	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	(1.527)	(1.527)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	5.419	-	-	-	(5.419)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	35.957	(35.957)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	60.000	-	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		237.210	(1.113)	22.794	21.250	102.684	35.957	-	418.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	105.550	105.550
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	16	-	-	-	-	-	16
Resultado abrangente total do exercício		-	16	-	-	-	-	105.550	105.566
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(35.957)	-	(35.957)
Realização de reservas	15.3	-	-	-	(16.873)	-	-	16.873	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	(16.873)	(16.873)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	15.5	-	-	-	-	(102.684)	-	-	(102.684)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	15.3	-	-	5.277	-	-	-	(5.277)	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	(26.628)	(26.628)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	73.645	(73.645)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		237.210	(1.097)	28.071	4.377	-	73.645	-	342.206

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		105.550	108.376
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(1.266)	(2.816)
Imposto de renda e contribuição social	8.3	30.418	25.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	10.510	22.578
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	12.4	1.913	1.982
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		(5.047)	(32.747)
Depreciação e amortização	17	2.002	353
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	17.1	5.397	-
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	4.166	1.724
Resultado das baixas de intangível		-	15
		153.643	124.546
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		89.211	(16.663)
Depósitos judiciais		(45)	675
Outros créditos		561	318
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(39.996)	(3.269)
Outros tributos a recuperar		47	(40)
Despesas antecipadas		761	(945)
		50.539	(19.924)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		752	(3.880)
Partes relacionadas		1	117
Fornecedores		(79.436)	15.279
Outras obrigações fiscais		(1.892)	20.573
Benefícios pós-emprego	12.4	(1.585)	(1.690)
Outras contas a pagar		(4.999)	617
Provisões para litígios quitadas		(291)	-
		(87.450)	31.016
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		116.732	135.638
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.611)	-
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(293)	(179)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		111.828	135.459
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(249)	(229)
Aquisições de imobilizado		(302)	(290)
Aquisições de intangível		(1.280)	(2.318)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.831)	(2.837)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(144)	(92)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(32.827)	(58.270)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(32.971)	(58.362)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		77.026	74.260
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	217.736	143.476
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	294.762	217.736
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		77.026	74.260

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2023

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Mercado Livre”), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia elétrica convencional e incentivada, gás natural e prestação de serviços correlatos.

A Companhia é autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pelo Despacho Aneel nº 935/2016, e como Agente de Comércio Exterior, Comercializador, Carregador e Vendedor de Gás Natural por meio das Autorizações nº 518/2019, 600/2019 e 380/2020 e Despacho nº 667/2019 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (“Corporação”) por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações de modo que, a partir desta data, o Estado do Paraná deixou de ser o acionista controlador da Copel e, conseqüentemente, não tem mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Deste modo, a Copel Mercado Livre fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

No entanto, o Estado do Paraná passou a deter uma ação preferencial de classe especial, criada nos termos da Lei Estadual nº 21.272/2022, que confere, enquanto for titular de ações representativas de, pelo menos, 10% do total de ações emitidas pela Copel, o poder de veto em deliberações da Assembleia Geral que visem à modificação da denominação e sede da Copel e que alterem as cláusulas do estatuto relacionadas a limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total e à celebração de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6.1 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE nº 3.3 – Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento: definição da taxa de juros para os contratos;
- NEs nºs 3.4 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 3.7 e 19.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia;
- NEs nºs 3.8.2 e 8.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros; e

- NEs nºs 3.9 e 12 - Benefícios Pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não têm cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 3.7.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementadas pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e o volume fornecido.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra a receita não faturada, calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na energia contratada e sazonalizada do mês.

O resultado da mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia, descritos na NE 3.7, é registrado como receita operacional, considerando estar intrinsecamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizados em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas, líquidos, não realizados, decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado), são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social – PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com *Covenants* (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	378	406
Aplicações financeiras de liquidez imediata	294.384	217.330
	294.762	217.736

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 100,0% e 101,0% (entre 98,5% e 102,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Destinação	Vencimento	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	100,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário	Garantias em contratos junto a CCEE	10 a 13 meses	1.937	1.688
			Circulante	-	-
			Não circulante	1.937	1.688

6. Clientes

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Consumidores					
Industrial	164.434	3.972	5.221	173.627	169.186
Comercial	42.470	324	622	43.416	38.728
Parcelamento de débitos	180	118	459	757	717
Outros créditos	-	-	10.181	10.181	10.391
	207.084	4.414	16.483	227.981	219.022
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	169.163	67	1.102	170.332	264.179
CCEE	716	-	-	716	5.039
	169.879	67	1.102	171.048	269.218
(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)	-	-	(16.765)	(16.765)	(13.070)
	376.963	4.481	820	382.264	475.170

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2023, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,40% a.m. (1,46% a.m. em 2022).

6.1 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2022	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2022	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2023
Consumidores livres	1.321	1.383	2.704	2.756	5.460
Contratos bilaterais	39	371	410	1.031	1.441
Outros créditos	9.956	-	9.956	(92)	9.864
	11.316	1.754	13.070	3.695	16.765

7. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Renegociações e penalidades contratuais (a)	3.694	4.167
Adiantamento a empregados	134	250
Outros créditos	154	126
	3.982	4.543
Circulante	3.982	4.543
Não circulante	-	-

(a) Saldo a receber de parcelamentos, penalidades e compensações financeiras previstos nos contratos da Companhia.

8. Tributos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	185.460	65.699	-	251.159	5.060	-	256.219
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	22.848	(10.876)	-	11.972	(11.972)	-	-
Perdas de créditos esperadas	3.847	596	-	4.443	1.256	-	5.699
Benefícios pós-emprego	999	224	51	1.274	111	(9)	1.376
Programa de desligamentos voluntários	425	(425)	-	-	1.835	-	1.835
Provisões por desempenho e participação nos luc	983	(865)	-	118	441	-	559
Passivo de arrendamento	549	122	-	671	743	-	1.414
Outros	360	186	-	545	(76)	-	469
	215.471	54.661	51	270.182	(2.602)	(9)	267.571
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	290.964	76.834	-	367.798	6.775	-	374.573
Atualização de depósitos judiciais	380	305	-	685	422	-	1.107
Direito de uso de ativos	535	101	-	636	711	-	1.347
Outros	280	-	-	280	-	-	280
	292.159	77.240	-	369.399	7.908	-	377.307
Líquido	(76.688)	(22.579)	51	(99.217)	(10.510)	(9)	(109.736)

8.1.1 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos tributos diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de

difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da Instrução Normativa RFB 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): quando da realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia, na data da entrega da energia;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2024	111.987	(129.293)
2025	66.917	(75.980)
2026	41.261	(40.480)
2027	21.351	(22.979)
2028	1.726	(14.803)
2029 a 2031	2.246	(28.835)
2032 a diante	22.083	(64.937)
	267.571	(377.307)

8.2 Outros tributos

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	322	368
PIS/Pasep e Cofins a compensar	11	11
	333	379
Passivo circulante		
ICMS a recolher	17.182	17.271
PIS/Pasep e Cofins a recolher	745	619
Outros tributos	1.582	18
	19.509	17.908
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	534	427
	534	427

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

8.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	146.478	156.035
IRPJ e CSLL (34%)	(49.803)	(53.052)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	8.160	5.100
Despesas indedutíveis	(625)	(51)
Incentivos fiscais	1.309	244
Outros	31	100
IRPJ e CSLL correntes	(30.418)	(25.081)
IRPJ e CSLL diferidos	(10.510)	(22.578)
Alíquota efetiva - %	27,9%	30,5%

9. Depósitos judiciais

A Companhia discute judicialmente processos cíveis e tributários na justiça, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2023, R\$ 15.104 (R\$ 13.940, em 31.12.2022) referem-se à processos na esfera cível e R\$ 543 (R\$ 422, em 31.12.2022) à processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo de R\$ 534 (R\$ 427, em 31.12.2022) está registrado em Outras obrigações fiscais (NE nº 8.2).

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada. A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	444	447
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	262	270
	706	717
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	-	492
Férias	770	983
Provisões por desempenho e participação nos lucros	1.862	365
Programa de desligamentos voluntários	5.398	30
	8.030	1.870
	8.736	2.587

11. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica (a)	371.898	456.762
Materiais e serviços	9.622	4.194
	381.520	460.956

(a) do saldo apresentado, R\$ 201.458 (R\$ 230.762 em 2022) referem-se à operações com partes relacionadas, conforme demonstrado na NE nº 20.

12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

12.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

12.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

12.3 Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Planos previdenciários	2	2
Plano assistencial	3.678	3.374
	3.680	3.376
	Circulante	125
	Não circulante	3.555
		84
		3.292

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Empregados		
Planos previdenciários	764	756
Plano assistencial - pós-emprego	442	373
Plano assistencial - funcionários ativos	618	557
	1.824	1.686
Administradores		
Planos previdenciários	48	92
Plano assistencial	5	9
	53	101
	1.877	1.787

12.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2022	2.935
Apropriação do cálculo atuarial	373
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.609
Ganhos e perdas atuariais	149
Amortizações	(1.690)
Em 31.12.2022	3.376
Apropriação do cálculo atuarial	442
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.471
Ganhos e perdas atuariais	(24)
Amortizações	(1.585)
Em 31.12.2023	3.680

12.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

12.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

	2023		2022	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	3,00%	-	5,10%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	-	-	-	-
Planos Unificado - Saldado	5,36%	8,52%	6,15%	11,56%
Planos III	5,37%	8,53%	6,16%	11,57%
Planos Assistencial	5,48%	8,64%	6,10%	11,51%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,03%	0,00%	5,10%
Plano III a.a.	1,00%	4,03%	1,00%	6,15%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	3,30%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

12.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 68,55 e 69,08 anos.

12.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, em 31.12.2023 os valores do Plano Unificado e Plano III totalizaram superávit de R\$ 1201 e de R\$ 710, respectivamente (R\$ 1.003 e de R\$ 721 em 31.12.2022). A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31 de dezembro de 2023, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações total ou parcialmente cobertas	7.696	32.426	4.109	44.231	44.200
Valor justo dos ativos do plano	(8.897)	(33.136)	(431)	(42.464)	(42.550)
Estado de cobertura do plano	(1.201)	(710)	3.678	1.767	1.650
Ativo não reconhecido	1.201	710	-	1.911	1.724
	-	-	3.678	3.678	3.374

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2023, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

12.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2022	6.480	25.130	3.383
Custo de serviço	-	-	40
Custo dos juros	719	3.932	374
Benefícios pagos	(476)	(2.398)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	330	6.784	(98)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	7.053	33.448	3.699
Custo de serviço	-	59	48
Custo dos juros	819	3.885	432
Benefícios pagos	(466)	(2.186)	(63)
(Ganhos) / perdas atuariais	290	(2.780)	(7)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	7.696	32.426	4.109

12.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2022	7.292	25.221	450
Retorno esperado dos ativos	798	2.068	60
Contribuições e aportes	-	1.473	-
Benefícios pagos	(476)	(2.397)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	442	7.804	(185)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	8.056	34.169	325
Retorno esperado dos ativos	936	3.969	38
Contribuições e aportes	-	78	63
Benefícios pagos	(466)	(2.186)	(63)
Ganhos / (perdas) atuariais	371	(2.894)	68
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	8.897	33.136	431

12.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2024 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	100	55
Custo estimado dos juros	738	2.731	352
Rendimento esperado do ativo do plano	(738)	(2.734)	(37)
Custos (receitas)	-	97	370

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

12.5.7 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas. A apresentação desta análise de sensibilidade foi ajustada em relação ao ano de 2022 para refletir as variações que, no entendimento da Companhia, são mais prováveis de ocorrer.

	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	38.032	42.428
Impactos nas obrigações do programa de saúde	3.746	4.524
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	4.533	3.736
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	58	45
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	126	133
Impactos nas obrigações do programa de saúde	45	57

12.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2024	473	2.299	63	2.835
2025	1.599	2.312	142	4.053
2026	491	2.377	118	2.986
2027	504	2.443	128	3.075
2028	516	2.509	141	3.166
2029 a 2033	14.952	74.311	15.979	105.242

12.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2023 e a alocação-meta para 2024, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2024 (*)	2023
Renda fixa	79,1%	77,2%
Renda variável	4,9%	5,3%
Empréstimos	1,3%	1,2%
Investimentos imobiliários	3,6%	5,6%
Investimentos estruturados	8,8%	8,7%
Investimentos no exterior	2,3%	2,0%
	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	89,5%	60,0%	70,0%	48,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	0,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	4,5%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2023.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

13. Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Cauções em garantia	14.786	19.786
Outras obrigações	59	58
	14.845	19.844
	Circulante	14.845
	Não circulante	-

14. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

14.1 Mutação das provisões para litígios

	Saldo em	Resultado			Quita��es	Saldo em
	1�.01.2023	Adições	Reversões	Atualização monetária		31.12.2023
Trabalhistas	582	68	-	61	(284)	427
Cíveis e direito administrativo	-	164	-	178	(7)	335
	582	232	-	239	(291)	762

Em 31.12.2022 o saldo de R\$ 582 referia-se a ações trabalhistas, sendo que durante o exercício de 2022 houve reversão de R\$ 29.

A Companhia efetuou mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios. Os valores que eram registrados como despesas operacionais passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras. Nas demonstrações do resultado do exercício de 2023 o montante de R\$ 239 foi reconhecido como despesa financeira (NE n  18). Caso essa mudança voluntária de prática contábil estivesse sendo aplicada no exercício findo em 31.12.2022, o valor da reclassificação de despesas operacionais para despesas financeiras seria de R\$ 25 na demonstração do resultado do exercício. Considerando as análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Companhia, a Administração concluiu que o efeito dessa mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios   imaterial para as demonstrações financeiras já publicadas nos exercícios anteriores tendo em vista que esta mudança não impacta o balanço patrimonial, o lucro líquido do exercício e nem a geração de caixa da Companhia.

14.2 Passivos Contingentes

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econ micos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 a Companhia possui R\$ 626 (R\$ 593 em 31.12.2022) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas e R\$ 109 (R\$ 384 em 31.12.2022) de ações na área cível decorrentes, principalmente, de processos administrativos referente discussão contratual.

15. Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

Em 31.12.2023, o capital social integralizado é de R\$ 237.210 (R\$ 237.210 em 31.12.2022), composto por 237.210.461 ações ordinárias (237.210.461 em 2022), sem valor nominal, pertencentes à Copel.

15.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1�.01.2022	(1.015)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(149)
Tributos sobre os ajustes	51
Em 31.12.2022	(1.113)
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	25
Tributos sobre os ajustes	(9)
Em 31.12.2023	(1.097)

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

A reserva de lucros a realizar, constituída no exercício de 2019, em conformidade com o art. 197 da Lei 6.404/76, é utilizada para pagamento de dividendo obrigatório, conforme estabelece seu § 2º. Em 2023 o montante realizado é de R\$ 16.873 (R\$ 1.526 em 2022).

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	105.550	108.376
Reserva legal	(5.277)	(5.419)
	100.273	102.957
Dividendos propostos		
Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intermediários	-	60.000
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intercalares	10.400	7.000
Complemento para atingir o mínimo obrigatório	16.228	-
Dividendo adicional proposto	73.645	35.957
	100.273	102.957
Dividendos por ação:		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,10568	0,10851
Dividendos registrados (em R\$)	0,42272	0,43403

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal.

A 67ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 18.12.2023 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos (dividendos intercalares) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no montante de R\$ 10.400. O valor de JSCP, líquido dos tributos é imputado ao dividendo obrigatório do exercício de 2023, conforme critérios estabelecidos no artigo 67 do Estatuto Social da Companhia.

O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2024.

15.5 Distribuição de Dividendos com Reserva de Retenção de Lucros

Em 15.06.2023, a 40ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos (dividendos intermediários) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP no montante de R\$ 13.600 e sob a forma de dividendos no montante de R\$ 89.083, utilizando, para esta finalidade, a totalidade do saldo da Reserva de Retenção de Lucros.

O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2024.

15.6 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	105.550	108.376
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	237.210.461	237.210.461
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,44496	0,45688

16. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS / ISSQN	Receita líquida 31.12.2023	Receita líquida 31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	2.723.661	(232.858)	(206.532)	2.284.271	2.275.872
Suprimento de energia elétrica	1.940.717	(179.517)	-	1.761.200	2.620.535
Valor justo compra e venda de energia (NE nº 19.2.4)	5.045	-	-	5.045	32.747
Outras receitas operacionais	7.126	(658)	(80)	6.388	9.214
	4.676.549	(413.033)	(206.612)	4.056.904	4.938.368

17. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(3.908.484)	-	-	-	(3.908.484)	(4.790.427)
Pessoal e administradores (17.1)	(14.498)	-	(6.635)	-	(21.133)	(12.712)
Planos previdenciário e assistencial (12.3)	(1.257)	-	(620)	-	(1.877)	(1.787)
Material	(21)	-	(56)	-	(77)	(53)
Serviços de terceiros	(214)	-	(3.175)	-	(3.389)	(2.665)
Depreciação e amortização	-	-	(2.003)	-	(2.003)	(353)
Reversão de provisão para litígios	-	-	-	(232)	(232)	30
Perdas de créditos esperadas	-	(3.695)	-	-	(3.695)	(1.754)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.001)	-	(5.108)	(1.287)	(7.396)	(4.988)
	(3.925.475)	(3.695)	(17.597)	(1.519)	(3.948.286)	(4.814.709)

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal		
Remunerações	9.536	8.399
Encargos sociais	2.752	2.600
Auxílio alimentação e educação	948	836
Programa de desligamentos voluntários	5.397	(311)
	18.633	11.524
Administradores		
Honorários	461	745
Encargos sociais	171	209
Outros gastos	6	12
	638	966
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	1.862	222
	21.133	12.712

18. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	33.278	26.092
Acréscimos moratórios sobre faturas	3.482	3.536
Multas	2.025	1.421
Juros sobre liquidações na CCEE	99	199
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.878)	(1.591)
Outras receitas financeiras	1.571	3.010
	38.577	32.667
(-) Despesas financeiras		
Atualização monetária de litígios (NE nº 14.1)	239	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	293	180
Outras despesas financeiras	185	111
	717	291
Líquido	37.860	32.376

19. Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	294.762	294.762	217.736	217.736
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.937	1.937	1.688	1.688
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	1.101.684	1.101.684	1.081.758	1.081.758
			1.398.383	1.398.383	1.301.182	1.301.182
Custo Amortizado						
Clientes (a)	6		382.264	382.264	475.170	475.170
Total dos ativos financeiros			1.780.647	1.780.647	1.776.352	1.776.352
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	753.584	753.584	738.705	738.705
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	11		381.520	381.520	460.956	460.956
Total dos passivos financeiros			1.135.104	1.135.104	1.199.661	1.199.661

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.7).

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	294.762	217.736
Títulos e valores mobiliários (a)	1.937	1.688
Clientes (b)	382.264	475.170
	678.963	694.594

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão das contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2023.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação da taxa CDI/Selic de 9,00% prevista na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.937	174	131	87

19.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, conforme NE nº 3.7, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

O quadro abaixo apresenta os valores nominais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 97 meses para contratos de compra e 27 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2024	721.208	800.793
2025	806.521	865.199
2026	691.420	720.295
2027	621.240	597.938
2028	423.561	494.941
2029 a 2040	3.060.268	3.888.123
	6.324.218	7.367.289

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima em 31.12.2023, sem inflação, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras, estão abaixo apresentados:

	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	379.261	(321.646)	57.615
Não circulante	722.423	(431.938)	290.485
	1.101.684	(753.584)	348.100

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para os cenários base e provável foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

	Variação no preço	Base	Cenários projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	348.100	348.100	303.302	258.504
	Queda	348.100	348.100	392.897	437.695

19.2.5 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo comprador/vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a vender/adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõem limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico. Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

20. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	185.341	39.626	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de recursos humanos								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	-	167	142	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)	-	-	212	236	-	-	-	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	30.404	138.000	154.846	36.584	312.310	1.391.314	1.798.477
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	52.393	63.157	41.472	17.356	801.017	783.490
Bela Vista Geração de Energia S.A.	-	-	2.140	2.997	-	-	29.312	31.179
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	-	-	8.925	9.762	-	-	109.923	61.318
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	638	966
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	-	-	-	-	53	101
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	4.099	3.906	-	-	441	282
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	3.680	3.376	-	-	-	-
Sanepar - serviços	-	-	-	-	68	-	-	-
Lactec - venda e energia e serviços	3	3	-	-	462	645	-	-
Tecpar - venda de energia	-	-	-	-	2.029	2.021	-	-
Celepar - venda de energia	-	-	-	-	1.113	719	-	-
Assembleia Legislativa do Paraná - venda de energia	-	-	-	-	319	300	-	-
Portos do Paraná - venda de energia	-	-	-	-	5.070	5.552	-	-

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R\$ 602.520 (R\$ 329.725 em 2022).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel Mercado Livre tem contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia. O quadro abaixo apresenta os compromissos contratuais com partes relacionadas, na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 139 meses para contratos de compra e 27 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2024	1.788.165	49.903
2025	1.385.649	78.100
2026	788.303	44.650
2027	545.201	48.481
2028	348.192	54.065
2029 a 2040	678.191	-
	5.533.701	275.199

Do total de compromissos de venda de R\$ 275.199 (R\$ 102.836, em 2022), R\$ 59.170 (R\$ 77.786, em 2022) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias, R\$ 201.873 (R\$ 0 em 2022) se refere à contratos com a Sanepar e R\$ 14.156 (R\$ 25.050, em 2022) com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná. Ainda dos compromissos de compra de R\$ 5.533.701 (R\$ 6.731.080 em 2022), a totalidade de R\$ 5.533.701 (R\$ 6.719.397, em 2022) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias. Em 2022 havia o saldo de R\$ 11.683 com outras partes relacionadas.

21. Compromissos

Em 31.12.2023, a Copel Mercado Livre possui R\$ 18.841.493 (R\$ 25.305.470, em 31.12.2022) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

22. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	121.033
Garantia Fiel Cumprimento	26.05.2029	10.040
Garantia de Pagamento	31.12.2024	1.499
Garantia de Pagamento	31.12.2024	857

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024.

Kleberson Luiz da Silva
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
- V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;*
- VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e*
- VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.*

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento do plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre aspectos de treinamentos e discussões com o próprio

Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução das atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contemplava os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016 (Lei das Estatais, aplicável à Copel à época), à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509 (revogada pela Instrução CVM nº 80/2022, a qual passou a trazer os requisitos aplicáveis ao Comitê de Auditoria), e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição dos temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, o plano de trabalho foi revisado, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do Comitê, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarks; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos. Para 2023 o plano de trabalho do CAE foi revisado com base na atuação do colegiado ao longo do ano de 2022, consolidando assim o plano anteriormente aprovado. Foram incluídas atividades relacionadas ao Plano de Desenvolvimento de Órgãos Estatutários da Copel e demandas apresentadas pelos membros do CAE.

Em 20.09.2023, em sua 242ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração do Regimento Interno do CAE, considerando a Transformação da Copel em Corporação. O novo regimento excluiu os requisitos obrigatórios específicos da Lei das Estatais, considerou as melhores práticas e benchmarking realizado em companhias de referência, destacando-se: B3, Eletrobras, Vibra, Embraer, Vale, Renner e Equatorial.

O documento aprovado trouxe ajustes nas atribuições do CAE, organizando-as por afinidade de temas. Como inclusão, destacam-se: (i) discussão com a Auditoria Interna a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações encaminhadas, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a Auditoria Interna e a Diretoria; (ii) monitoramento da adequação da estratégia e ações de segurança cibernética da Companhia, inclusive dos planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques cibernéticos; (iii) análise, quando demandado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, as políticas financeiras da Companhia e recomendando eventuais ajustes; e (v) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, a remuneração dos acionistas. Já como exclusão, destacam-se: (i) estabelecer procedimentos para sua atuação; e (ii) avaliação dos cálculos atuariais, sendo requisito específico da Lei das Estatais.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE 2024, traz o cronograma detalhado de reuniões, contendo cronograma dos assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a

atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 traz 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda* - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Em dezembro de 2023 foi autorizado a substituição da auditoria para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre do exercício de 2024.

A contratação visa atender práticas de governança e recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário para efetuar a rotatividade dos auditores independentes antes do prazo máximo requerido no artigo 31-A da Resolução CVM n.º 23/21.

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOX*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOX*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na

bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2023, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2024/2025: Carlos Biedermann (como Presidente e especialista financeiro), Marco Antônio Barbosa Cândido (como membro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2023

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

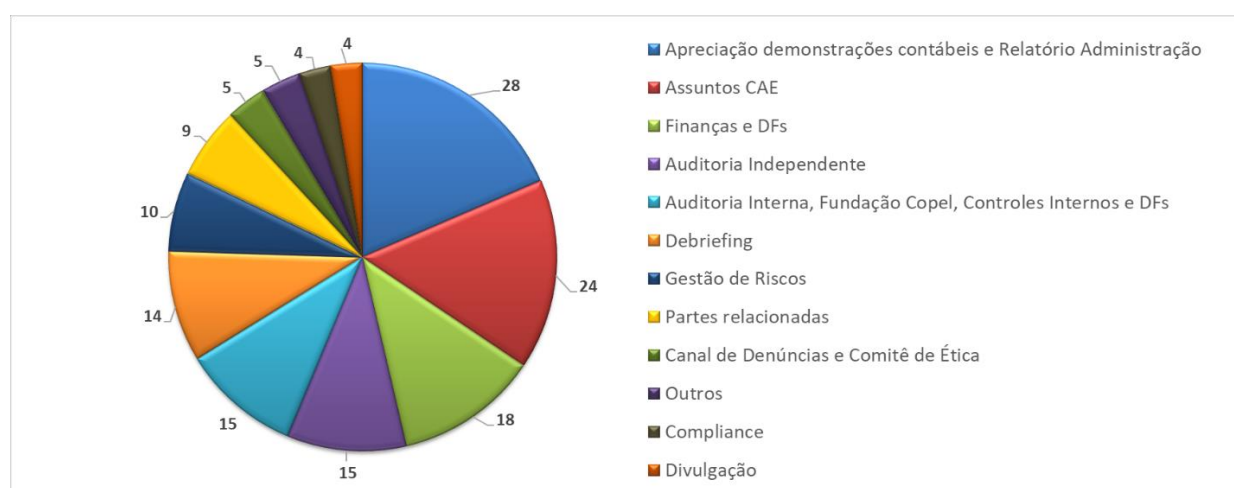
As pautas das reuniões realizadas em 2023 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 26 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 151 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2023 pode ser observado no gráfico abaixo:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2023, foram contempladas, em reuniões do CAE, 15 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente, Deloitte, para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2023; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2023.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de

Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2023, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 28 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2023; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2024, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIINT 2022; planejamento da Auditoria Interna, considerando a transformação da Copel em Corporação; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 270ª Reunião, de 14.02.2023, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 5 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2023, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 5 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 10 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise mensal quanto aos riscos corporativos, pauta específica da Agenda Temática do CAE 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições “avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos.”

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Demonstrações Financeiras 2023

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores estudo sobre a possibilidade de antecipação do fechamento das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

- Planejamento da Auditoria Interna

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna da Companhia informações sobre a recomposição da equipe interna, considerando o Plano de Demissão Voluntária – PDV, bem como o planejamento das atividades, tendo em vista a transformação da Copel em Corporação.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação do plano de trabalho da Auditoria Interna, o CAE fez suas considerações e sugeriu priorizações em relação aos principais riscos da Companhia.

- Serviços adicionais de auditoria Independente

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores que o processo de contratação de auditoria independente contemple uma relação dos serviços que possam eventualmente ser contratados esporadicamente com os auditores independentes, com a respectiva precificação, visando a melhoria contínua do processo.

- Gestão de riscos – reporte periódico

O CAE recomendou à Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance, avaliação sobre a necessidade de inclusão no Portfólio de Riscos da Companhia do risco relacionado aos efeitos da guerra entre Israel e Hamas.

Adicionalmente, solicitou apresentação sobre o risco referente aos novos padrões de reporte de Sustentabilidade, IFRS S1 e S2, e seus respectivos planos de ação.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2024.

(assinado eletronicamente)

CARLOS BIEDERMANN

Presidente e Especialista Financeiro

(assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Membro

(assinado eletronicamente)

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2023 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO
DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2023**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel Mercado Livre, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

(assinado eletronicamente) **DEMETRIUS NICHELE MACEI** - Presidente; **HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR**; e **JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO**.



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

